Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R$ 66.607 mil, Patrimônio Líquido de R$ 1.840.218 mil e Ativos Totais de R$ 1.842.206 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE	**1.821.508**	**1.765.700**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	1.820.790	939.904
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Notas 6 e 14a)	-	775.411
Ativos Financeiros para Negociação (Notas 8 e 14a)	-	48.904
Outros	718	699
NÃO CIRCULANTE	**20.698**	**16.753**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**20.698**	**17.535**
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7a)	241.110	241.350
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a)	(241.110)	(241.350)
Créditos Tributários (Nota 15c)	16.149	16.753
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e)	4.549	782
TOTAL	**1.842.206**	**1.782.453**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
CIRCULANTE	**1.988**	**8.455**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15f)	423	5.455
Dividendos a Pagar (Notas 9c e 14a)	633	904
Proventos	859	2.016
Outras Obrigações (Nota 16)	73	80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.840.218**	**1.773.998**
Capital Social:		
- De Domiciliados no País (Nota 9a)	1.028.459	1.028.459
Reservas de Lucros (Nota 9b)	811.759	745.785
Ajuste de Valor de Mercado	-	(246)
TOTAL	**1.842.206**	**1.782.453**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	**2.088**	**3.490**
Recuperação de Créditos Recebíveis (Nota 7b)	1.848	3.353
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7b)	240	137
DESPESAS OPERACIONAIS	**14.394**	**28.161**
Perdas de Créditos Recebíveis (Nota 7b)	88	22
Despesas Tributárias (Nota 11)	5.353	8.148
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	1.495	2.006
Despesas de Pessoal (Nota 13)	7.458	17.985
RESULTADO FINANCEIRO	**113.224**	**170.985**
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10)	113.224	170.985
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**100.918**	**146.314**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	**(34.311)**	**(51.139)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**66.607**	**95.175**
Número de ações	430.311.119	430.311.119
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R$	154,79	221,18

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial Própria	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2016	**1.028.459**	**66.015**	**585.499**	**(1.882)**	**-**	**1.678.091**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.636	-	1.636
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	95.175	95.175
Destinações: - Reservas	-	4.759	89.512	-	(94.271)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	(904)	(904)
Saldos em 31.12.2017	**1.028.459**	**70.774**	**675.011**	**(246)**	**-**	**1.773.998**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	246	-	246
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	66.607	66.607
Destinações: - Reservas	-	3.330	62.644	-	(65.974)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(633)	(633)
Saldos em 31.12.2018	**1.028.459**	**74.104**	**737.655**	**-**	**-**	**1.840.218**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**100.918**	**146.314**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	**(295)**	**222**
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(240)	(137)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(143)	337
Perdas de Créditos Recebíveis	88	22
Lucro Líquido Ajustado	**100.623**	**146.536**
Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	775.784	-
Redução em Ativos Financeiros Disponível para Venda	-	795.218
Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	48.904	-
Redução em Ativos Financeiros para Negociação	-	66.079
Redução em Empréstimos e Recebíveis	240	138
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(28.533)	5.021
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(513)	775
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(14.715)	(73.020)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**881.790**	**940.747**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(904)	(1.252)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(904)**	**(1.252)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**880.886**	**939.495**
Início do Exercício	939.904	409
Fim do Exercício	1.820.790	939.904
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**880.886**	**939.495**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	**66.607**	**95.175**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	246	1.636
Total do Resultado Abrangente	**66.853**	**96.811**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia") é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

b) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

c) Mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos no resultado como "Receita de juros e similares". No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida no resultado.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e leva em consideração as avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. A composição das contas patrimoniais da provisão está apresentada na Nota 7a.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.12) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações pelo nível de hierarquia:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como propriedade de investimentos, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1)	141	8
Fundos de investimentos financeiros (2)	1.820.649	939.896
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1.820.790**	**939.904**

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

			Em 31 de dezembro		
Títulos	**De 181 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado/ contábil (2)**	**Valor de custo atualizado**	**Marcação a mercado**
Letras financeiras (1)	-	-	-	-	-
Total em 2017	**775.411**	**-**	**775.411**	**775.784**	**(373)**

(1) Referem-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 102,75% do CDI, com vencimento em 20/12/2018; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS 12
BBD PARTICIPAÇÕES S/A 3
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI 10
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ 6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A. 14

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 129 • Número 75
São Paulo, terça-feira, 23 de abril de 2019

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 23 de abril de 2019 às 00:25:08.

...continuação

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Créditos e recebíveis (1)	241.110	241.350
Provisão para perda do valor recuperável	(241.110)	(241.350)
Total	**-**	**-**

(1) A carteira de créditos e recebíveis é composta por créditos vencidos, as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas.

b) Resultado de créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Recuperação de créditos	1.848	3.353
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	240	137
Perdas de créditos recebíveis	(88)	(22)
Total	**2.000**	**3.468**

8) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

			Em 31 de dezembro	
Títulos	**De 181 a 360 dias**	**Valor contábil (1)**	**Valor de Mercado**	**Marcação a mercado**
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	-	-	-	-
Total em 2017	**48.904**	**48.904**	**-**	**-**

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do DI, com vencimento em 11.12.2018.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 430.311.119 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Reservas de lucros	**811.759**	**745.785**
- Reserva legal (1)	74.104	70.774
- Reserva estatutária (2)	737.655	675.011

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.
Os cálculos dos dividendos, relativos aos exercícios de 2018 e 2017, estão demonstrados a seguir:

	2018	**% (1)**	**2017**	**% (1)**
Lucro líquido do exercício	66.607		95.175	
Reserva legal	(3.330)		(4.759)	
Base de cálculo	**63.277**		**90.416**	
Dividendos propostos	**633**	**1,0**	**904**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

10) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Rendimento de aplicações em letras financeiras	49.991	160.719
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	60.647	3.329
Rendimento de aplicações em CDB	2.443	7.274
Juros Selic sobre impostos a compensar	143	58
Variação monetária sobre depósito	-	(395)
Total	**113.224**	**170.985**

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Cofins	4.603	6.989
PIS	748	1.136
Impostos e taxas	2	23
Total	**5.353**	**8.148**

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Doações e patrocínios	1.218	1.805
Serviços prestados por terceiros	41	35
Custas judiciais e ações cíveis	-	60
Editais e publicações	87	89
Outras	149	17
Total	**1.495**	**2.006**

13) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Plano de previdência privada	3.213	8.300
Remuneração por desempenho	1.575	4.126
Honorários da diretoria	1.890	3.780
INSS	780	1.779
Total	**7.458**	**17.985**

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		**Coligadas e controladas (2)**	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	141	8	-	-
Ativos financeiros disponível para venda	-	775.411	-	-
Ativos financeiros para negociação	-	48.904	-	-
Passivos				
Dividendos a pagar	633	-	-	904

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Banco Boavista Interatlântico S.A. e Serel Participações em Imóveis S.A.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		**Coligadas e controladas**	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Rendimento de aplicações em letras financeiras	49.991	160.719	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	2.443	7.274	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2018, foi determinado o valor máximo de R$ 8.150 (2017 - R$ 8.000) para remuneração dos Administradores e de R$ 8.400 (2017 - R$ 8.300) para custear os planos de previdência complementar de contribuição definida.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**100.918**	**146.314**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(34.312)	(49.747)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis	(1.219)	(3.139)
Outros	1.220	1.747
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(34.311)**	**(51.139)**

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(33.834)	(51.299)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(477)	160
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(34.311)**	**(51.139)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

			Em 31 de dezembro	
	2017	**Constituição**	**Realização**	**2018**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.913	-	(81)	15.832
Outras provisões	713	25	(421)	317
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**16.626**	**25**	**(502)**	**16.149**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	127	-	(127)	-
Total dos créditos tributários	**16.753**	**25**	**(629)**	**16.149**

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

			Em 31 de dezembro
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
2019	3.919	1.411	5.330
2020	3.957	1.425	5.382
2021	3.959	1.425	5.384
2022	39	14	53
Total	**11.874**	**4.275**	**16.149**

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 15.519 (2017 - R$ 16.013), de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no ativo não circulante, no montante de R$ 4.549 (2017 - R$ 782) referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 423 (2017 - R$ 5.455) referem-se, ao PIS no montante de R$ 59 (2017 - R$ 64), Cofins no montante de R$ 364 (2017 - R$ 397), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (2017 - R$ 4.849), INSS (2017 - R$ 71), IRRF/PIS/Cofins/CSLL a recolher sobre serviços prestados (2017 - R$ 74).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2018	**2017**
Editais e publicações	73	80
Total	**73**	**80**

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.
b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.
c) CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) – requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;
d) CPC 06 (R2) – *Leasing* (IFRS 16) – As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento; e
e) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de abril de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS 12
BBD PARTICIPAÇÕES S/A 3
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI 10
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ 6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A. 14

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 129 • Número 75
São Paulo, terça-feira, 23 de abril de 2019

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 23 de abril de 2019 às 00:25:08.

Jornal Valor --- Página 9 da edição "23/04/2019 1a CAD E" ---- Impressa por DBonatti às 22/04/2019@19:28:33

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R$ 66.607 mil, Patrimônio Líquido de R$ 1.840.218 mil e Ativos Totais de R$ 1.842.206 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE	**1.821.508**	**1.765.700**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	1.820.790	939.904
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Notas 6 e 14a)	-	775.411
Ativos Financeiros para Negociação (Notas 8 e 14a)	-	48.904
Outros	718	699
NÃO CIRCULANTE	**20.698**	**16.753**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**20.698**	**17.535**
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7a)	241.110	241.350
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a)	(241.110)	(241.350)
Créditos Tributários (Nota 15c)	16.149	16.753
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15e)	4.549	782
TOTAL	**1.842.206**	**1.782.453**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
CIRCULANTE	**1.988**	**8.455**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15f)	423	5.455
Dividendos a Pagar (Notas 9c e 14a)	633	904
Proventos	859	2.016
Outras Obrigações (Nota 16)	73	80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.840.218**	**1.773.998**
Capital Social:		
- De Domiciliados no País (Nota 9a)	1.028.459	1.028.459
Reservas de Lucros (Nota 9b)	811.759	745.785
Ajuste de Valor de Mercado	-	(246)
TOTAL	**1.842.206**	**1.782.453**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	**2.088**	**3.490**
Recuperação de Créditos Recebíveis (Nota 7b)	1.848	3.353
Reversão de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7b)	240	137
DESPESAS OPERACIONAIS	**14.394**	**28.161**
Perdas de Créditos Recebíveis (Nota 7b)	88	22
Despesas Tributárias (Nota 11)	5.353	8.148
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	1.495	2.006
Despesas de Pessoal (Nota 13)	7.458	17.985
RESULTADO FINANCEIRO	**113.224**	**170.985**
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10)	113.224	170.985
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**100.918**	**146.314**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	**(34.311)**	**(51.139)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**66.607**	**95.175**
Número de ações	430.311.119	430.311.119
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R$	154,79	221,18

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial Própria	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2016	**1.028.459**	**66.015**	**585.499**	**(1.882)**	**-**	**1.678.091**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.636	-	1.636
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	95.175	95.175
Destinações: - Reservas	-	4.759	89.512	-	(94.271)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	(904)	(904)
Saldos em 31.12.2017	**1.028.459**	**70.774**	**675.011**	**(246)**	**-**	**1.773.998**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	246	-	246
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	66.607	66.607
Destinações: - Reservas	-	3.330	62.644	-	(65.974)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(633)	(633)
Saldos em 31.12.2018	**1.028.459**	**74.104**	**737.655**	**-**	**-**	**1.840.218**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**100.918**	**146.314**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	**(295)**	**222**
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(240)	(137)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(143)	337
Perdas de Créditos Recebíveis	88	22
Lucro Líquido Ajustado	**100.623**	**146.536**
Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	775.784	-
Redução em Ativos Financeiros Disponível para Venda	-	795.218
Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	48.904	-
Redução em Ativos Financeiros para Negociação	-	66.079
Redução em Empréstimos e Recebíveis	240	138
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(28.533)	5.021
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(513)	775
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(14.715)	(73.020)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**881.790**	**940.747**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(904)	(1.252)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(904)**	**(1.252)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**880.886**	**939.495**
Início do Exercício	939.904	409
Fim do Exercício	1.820.790	939.904
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**880.886**	**939.495**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	**66.607**	**95.175**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	246	1.636
Total do Resultado Abrangente	**66.853**	**96.811**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia") é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

b) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

c) Mensurados ao custo amortizado
Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.
Os juros são reconhecidos no resultado como "Receita de juros e similares". No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida no resultado.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e leva em consideração as avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. A composição das contas patrimoniais da provisão está apresentada na Nota 7a.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis
As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras.

b) Receitas financeiras
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.12) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações pelo nível de hierarquia:
Nível 1
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2
Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.
Determinados ativos, como propriedade de investimentos, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1)	141	8
Fundos de investimentos financeiros (2)	1.820.649	939.896
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1.820.790**	**939.904**

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
			Em 31 de dezembro		
Letras financeiras (1)	-	-	-	-	-
Total em 2017	**775.411**	**-**	**775.411**	**775.784**	**(373)**

(1) Referem-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 102,75% do CDI, com vencimento em 20/12/2018; e
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

a) Composição dos empréstimos e recebíveis

	Em 31 de dezembro 2018	2017
Créditos e recebíveis (1)	241.110	241.350
Provisão para perda do valor recuperável	(241.110)	(241.350)
Total	**-**	**-**

(1) A carteira de créditos e recebíveis é composta por créditos vencidos, as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas.

b) Resultado de créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro 2018	2017
Recuperação de créditos	1.848	3.353
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	240	137
Perdas de créditos recebíveis	(88)	(22)
Total	**2.000**	**3.468**

8) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Títulos	De 181 a 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de Mercado	Marcação a mercado
			Em 31 de dezembro	
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	-	-	-	-
Total em 2017	**48.904**	**48.904**	**-**	**-**

(1) Refere-se a Certificado de Depósito Bancário, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do DI, com vencimento em 11.12.2018.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 430.311.119 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro 2018	2017
Reservas de lucros	**811.759**	**745.785**
- Reserva legal (1)	74.104	70.774
- Reserva estatutária (2)	737.655	675.011

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos
Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.
Os cálculos dos dividendos, relativos aos exercícios de 2018 e 2017, estão demonstrados a seguir:

	2018	% (1)	2017	% (1)
Lucro líquido do exercício	66.607		95.175	
Reserva legal	(3.330)		(4.759)	
Base de cálculo	**63.277**		**90.416**	
Dividendos propostos	**633**	**1,0**	**904**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

10) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Rendimento de aplicações em letras financeiras	49.991	160.719
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	60.647	3.329
Rendimento de aplicações em CDB	2.443	7.274
Juros Selic sobre impostos a compensar	143	58
Variação monetária sobre depósito	-	(395)
Total	**113.224**	**170.985**

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Cofins	4.603	6.989
PIS	748	1.136
Impostos e taxas	2	23
Total	**5.353**	**8.148**

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Doações e patrocínios	1.218	1.805
Serviços prestados por terceiros	41	35
Custas judiciais e ações cíveis	-	60
Editais e publicações	87	89
Outras	149	17
Total	**1.495**	**2.006**

13) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018	2017
Plano de previdência privada	3.213	8.300
Remuneração por desempenho	1.575	4.126
Honorários da diretoria	1.890	3.780
INSS	780	1.779
Total	**7.458**	**17.985**

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controladores (1) 2018	2017	Coligadas e controladas (2) 2018	2017
			Em 31 de dezembro	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	141	8	-	-
Ativos financeiros disponível para venda	-	775.411	-	-
Ativos financeiros para negociação	-	48.904	-	-
Passivos				
Dividendos a pagar	633	-	-	904

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Banco Boavista Interatlântico S.A. e Serel Participações em Imóveis S.A.

continua...

Jornal Valor --- Página 10 da edição "23/04/2019 1a CAD E" ---- Impressa por DBonatti às 22/04/2019@19:32:15

...continuação

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas	
	2018	2017	2018	2017
Rendimento de aplicações em letras financeiras	49.991	160.719	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	2.443	7.274	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2018, foi determinado o valor máximo de R$ 8.150 (2017 - R$ 8.000) para remuneração dos Administradores e de R$ 8.400 (2017 - R$ 8.300) para custear os planos de previdência complementar de contribuição definida.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**100.918**	**146.314**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(34.312)	(49.747)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis	(1.219)	(3.139)
Outros	1.220	1.747
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(34.311)**	**(51.139)**

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(33.834)	(51.299)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(477)	160
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(34.311)**	**(51.139)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2017	Constituição	Realização	2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.913	-	(81)	15.832
Outras provisões	713	25	(421)	317
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**16.626**	**25**	**(502)**	**16.149**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	127	-	(127)	-
Total dos créditos tributários	**16.753**	**25**	**(629)**	**16.149**

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019	3.919	1.411	5.330
2020	3.957	1.425	5.382
2021	3.959	1.425	5.384
2022	39	14	53
Total	**11.874**	**4.275**	**16.149**

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.
O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 15.519 (2017 - R$ 16.013), de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no ativo não circulante, no montante de R$ 4.549 (2017 - R$ 782) referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 423 (2017 - R$ 5.455) referem-se, ao PIS no montante de R$ 59 (2017 - R$ 64), Cofins no montante de R$ 364 (2017 - R$ 397), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (2017 - R$ 4.849), INSS (2017 - R$ 71), IRRF/PIS/Cofins/CSLL a recolher sobre serviços prestados (2017 - R$ 74).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Editais e publicações	73	80
Total	**73**	**80**

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.
b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.
c) CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) – requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;
d) CPC 06 (R2) – *Leasing* (IFRS 16) – As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento; e
e) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 22 de abril de 2019.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

21,4 MILHÕES DE INVESTIDORES
QUE PODERÃO ESCOLHER
A SUA EMPRESA NO PRÓXIMO ANO

Valor ECONÔMICO + O GLOBO + Valor ECONÔMICO RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

Fontes: Comscore Audience Duplication Multi-Platform - November 2018 • Tracking Valor - Outubro 2018

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Alameda Santos, 787, 13º andar, Cj. 132, Jardim Paulista, São Paulo-SP e "online" através do site do Leiloeiro Oficial: www.megaleiloes.com.br. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Vila Matilde. Cond. Reserva do Alto, Rua Simone Martini, nº 10, Casa do Tipo A nº 35 e uma vaga de garagem individual e exclusiva no pav. térreo da casa. CASA EM CONDOMÍNIO. Área priv. coberta 70,00m². Matr. 136.761 do 16º RI Local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes quanto a eventual divergência da numeração predial, correrá por conta do comprador. Terreno gravado com servidão perpetua de passagem em favor da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Ocupado (AF). **1º Leilão:** 06/05/2019, às 14hs. Lance mínimo: R$ 500.000,00 **2º Leilão:** 13/05/2019 às 14hs. Lance mínimo: R$ 300.000,00 **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600 Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Alameda Santos, 787, 13º andar, Cj. 132, Jardim Paulista, São Paulo-SP e "online" através do site do Leiloeiro Oficial: www.megaleiloes.com.br. **Localização do imóvel:** São Bernardo do Campo-SP. Bairro Baeta Neves. Rua Amparo, nº 37 e Rua Itú, nº 293. Cond. UP, apto. 51, tipo D, 5º andar, c/direito a uma vaga dupla e indeterm, para dois veículos de passeio peq. porte, na gar. Coletiva, nos subsolos I, II e III, dependendo do auxílio de manobrista. APARTAMENTO: Área priv. 75,26m². Matr. 137.764 do 1º RI Local. Obs.: Eventuais débitos de condomínios e IPTU que vierem a ser apurados, deverão ser pagos às expensas do comprador, sem direito a reembolso. Ocupado (AF). **1º Leilão:** 06/05/2019, às 14:00 hs. Lance mínimo: R$ 747.355,58 **2º Leilão:** 13/05/2019, às 14:00 hs. Lance mínimo: R$ 483.920,83 **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600 Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Alameda Santos, 787, 13º andar, Cj. 132, Jardim Ampliação. Cond. Vanguarda Morumbi, Rua Frederico Guarinon, nº 400, apto. Tipo 53 no 5º pav. com direito as vagas de garagens nº 175P/176P e depósito nº 82 no 3º subsolo. APARTAMENTO. Área priv. 74,04m² (apto.), 17,64m² (vagas) e 2,25m² (depósito). Matr. 411.513 do 11º RI Local. Obs.: Ocupado (AF). **1º Leilão:** 06/05/2019, às 14hs. Lance mínimo: R$ 702.208,32 **2º Leilão:** 13/05/2019 às 14hs. Lance mínimo: R$ 393.000,00 **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600 Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Alameda Santos, 787, 13º andar, Cj. 132, Jardim Paulista, São Paulo-SP e "online" através do site do Leiloeiro Oficial: www.megaleiloes.com.br. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Jd. Esmeralda. Rua Dr. João Vieira Neves, nº 378. Cond. Villa Verti, apto. 92, 9º pav., c/direito a duas vagas de garagem interm., sujeitas ao uso de manobrista. APARTAMENTO. Área priv. 57,36m². Matr. 186.875 do 18º RI Local. Obs.: Ocupado (AF). **1º Leilão:** 06/05/2019, às 14:00 hs. Lance mínimo: R$ 336.998,40 **2º Leilão:** 13/05/2019, às 14:00 hs. Lance mínimo: R$ 290.000,00 **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600 Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Alameda Santos, 787, 13º andar, Cj. 132, Jardim Paulista, São Paulo-SP e "online" através do site do Leiloeiro Oficial: www.megaleiloes.com.br. **Localização do imóvel:** São Bernardo do Campo-SP. Jardim Novo Sergipe. Rua Edno Zenorini, nº 21, CASA: Áreas totais: terr. 169,60m² e constr. 154,19m². Matr. 128.164 do 1º RI Local. Obs.: Consta Ação de Execução Fiscal em trâmite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Bernardo do Campo-SP, processo nº 1503167-78.2018.8.26.0564. Ocupada (AF). **1º Leilão:** 06/05/2019, às 14hs. Lance mínimo: R$ 1.212.762,55 **2º Leilão:** 13/05/2019 às 14hs. Lance mínimo: R$ 390.000,00 **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600 Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

EDITAL

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ABANDONO

"Solicitamos o comparecimento de Rafael Artur Alencar de Souza, RG nº. 1008521-1, CPF nº. 649.047.171-04, CTPS nº. 69635 - Série nº. 167, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP, no prazo de 03 (três) dias, para justificar sua ausência desde 05 de novembro de 2018, sob pena de configurar abandono de emprego, previsto no artigo 482, letra "i" da CLT."

MULTIPLUS S.A.

CNPJ nº 11.094.546/0001-75 - NIRE 35.300.371.658

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 11 de Março de 2019

Data, hora e local: 11 de março de 2019, às 16:00 horas, na sede social na Alameda Xingu, nº 350, conjuntos 1501 a 1504, 1701 e 1702, Condomínio iTower Iguatemi Alphaville, Alphaville Empresarial e Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-911. **Quórum:** Presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente, Antonio Luiz Rios da Silva; e Secretária, Fabiana Vilhena Venditti. **Deliberações:** Foram deliberadas as seguintes matérias, por unanimidade dos presentes: (i) Após apreciação das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com base nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos representantes da empresa de auditoria externa Ernst & Young Auditores Independentes, e ainda, em face da recomendação favorável do Comitê de Finanças, Auditoria, Governança e Partes Relacionadas, os membros deste Conselho deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e demais contas da administração, acompanhados do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os quais serão submetidos à aprovação dos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária. A Diretoria da Companhia fica autorizada a tomar todas as providências necessárias à divulgação e publicação das mencionadas Demonstrações Financeiras, o que deverá ocorrer hoje, mediante remessa a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e B3, após o fechamento do pregão, e no dia 12 de março de 2019 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial. (ii) Em seguida, os Senhores Conselheiros deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a proposta apresentada pela Diretoria para destinação do lucro líquido relativo ao exercício de 2018, cuja publicação fica dispensada e sujeita à ratificação da Assembleia Geral Ordinária, qual seja: após os ajustes e deduções previstos em Lei ou no Estatuto Social, (a) R$ 225.175.613,59 (duzentos e vinte e cinco milhões, cento e setenta e mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e nove centavos), como distribuição aos acionistas da Companhia, a título de dividendo, valor este que supera o dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, sendo certo que tal montante já foi integralmente pago por meio da antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) aprovados pelo Conselho de Administração, na forma da Lei das S.A. e do Estatuto Social, ao longo do exercício de 2018, e (b) a parcela remanescente, no valor de R$ 131.223.565,65 (cento e trinta e um milhões, duzentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), será retida com base em orçamento de capital apresentado e que será submetido à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata na forma sumária, que após lida foi por todos assinada. Barueri, 11 de março de 2019. (aa) Antonio Luiz Rios da Silva, Ricardo Camargo Veirano, Claudia Sender Ramirez, Aline de Almada Messias, Jerome Paul Jacques Cadier e Elcio Anibal de Lucca. Cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Fabiana Vilhena Venditti** - Secretária. **JUCESP** nº 213.999/19-5 em 16/04/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AEROPORTO DE GUARULHOS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 15.561.610/0001-31 - NIRE nº 3530043824-8

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO: Ficam os acionistas da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("Companhia") convocados para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia a serem realizadas às 9h do dia 29 de abril de 2019, na sede da Companhia, para deliberarem **(i)** Em Assembleia Geral Ordinária: (a) Tomada de contas da administração, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório da Administração relativos ao exercício social de 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes; (b) Deliberação sobre a destinação do Resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2018; e **(ii)** Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Eleição de membro do Conselho de Administração; (b) Orçamento Anual e Plano Anual de Negócios 2019 da Companhia; e (c) Fixação da remuneração global anual dos administradores. Guarulhos, 17 de abril de 2019. **Erik da Costa Breyer** - Presidente do Conselho de Administração.

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Alameda Santos, 787, 13º andar, Cj. 132, Jardim Paulista, São Paulo-SP e "online" através do site do Leiloeiro Oficial: www.megaleiloes.com.br. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Santana. Rua Aluísio Azevedo, nº 401 (acesso dos aptos.) e Alameda Afonso Schmidt, nº 440 (acesso das lojas e garagem autônoma). Ed. Better Santana, apto. 92 no 11º pav. e vaga de garagem individual e determinada nº 121 no 1º pav. APARTAMENTO. Área priv. de 63,16m². Matr. 143.769 do 3º RI Local. Obs.: Ocupado (AF). **1º Leilão:** 06/05/2019, às 14:00 hs. Lance mínimo: R$ 689.476,33 **2º Leilão:** 13/05/2019, às 14:00 hs. Lance mínimo: R$ 403.500,00 **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600 Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Alameda Santos, 787, 13º andar, Cj. 132, Jardim Paulista, São Paulo-SP e "online" através do site do Leiloeiro Oficial: www.megaleiloes.com.br. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Vila Sophia. Cond. Magnólia Gardens, Rua Olavio Bilac, nº 157 e Rua Álvares de Azevedo, Casa 07. CASA EM CONDOMÍNIO. Área real priv. coberta construída de 101,51m². Matr. 343.156 do 11º RI Local. Obs.: Ocupada (AF). **1º Leilão:** 06/05/2019, às 14hs. Lance mínimo: R$ 1.417.420,78 **2º Leilão:** 13/05/2019 às 14hs. Lance mínimo: R$ 763.000,00 **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600 Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

Integral Participações S.A.

CNPJ nº 02.927.225/0001-13

Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordiário

Convocamos os Acionistas da Integral Participações S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 26 de abril de 2019, às 19:00 horas, no Centro de Convenções do **Salto Plaza Hotel** – Avenida Getúlio Vargas, 444, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2018; **b)** Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2018; **c)** Fixação de Verba para remuneração dos órgãos da Administração; **d)** Outros assuntos: Cancelamento de ações em tesouraria; e **e)** Incorporação da Reserva de Capital; Comunicamos que se encontram a disposição dos Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao Exercício Social encerrado em 31/12/2018. Salto-SP, 12 de abril de 2019. **Conselho de Administração:** Mansueto Henrique Lunardi – Presidente; Mauro Martins de Campos – Vice-Presidente. **Estacionamento: No Local.**

(18, 20 e 23/04/2019)